



NEGRAS E NEGROS NA UFSC:

Caminhos do movimento negro na universidade

O movimento estudantil (ME) de esquerda na UFSC vive um momento de sonolência, a tão aclamada frente de esquerda (UJC/PCB, JCA e MAIS/PSOL) formada para disputar o último Congresso da UNE (CONUNE) e a gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSC, apesar de ter ganhado as eleições após aproximadamente um ano não concretizou o feito em luta real.

Alguns elementos evidenciam nossa reflexão: não termos uma assembleia geral dos estudantes desde junho de 2017, a total falta de mobilização entorno do aumento do passe do Restaurante Universitário (RU) para os terceirizados ou a atuação precária diante do fechamento do RU durante as férias (um DCE com cerca de 150 inscritos tem a obrigação de conseguir fazer uma simples panfletagem ao longo da semana!) são algumas situações que demonstram a apatia do ME social democrata na UFSC.



Como de costume os setores mais precarizados dentro da universidade são chamados a se mover independente das entidades estudantis oficiais, pois a sobrevivência dentro do contexto acadêmico depende diretamente da nossa capacidade de resistência. Nesse sentido as organizações eleitoralistas que em sua grande maioria constituem o DCE ficam a reboque do surgimento de mobilizações autônomas, no caso o movimento negro não é exceção a regra.

As mobilizações entorno da questão negra e ações afirmativas ficaram em destaque a partir de 27 de Junho de 2017, quando via Conselho Universitário (CUn) foi aprovada a alteração da resolução 052 que disserta sobre a política de ações afirmativas na UFSC. Tal mudança foi feita de maneira silenciosa, sem a consulta pública da estudantada negra da UFSC nem movimento negro externo.

Exerceu papel fundamental nesta trama contra os interesses das parcelas menos privilegiadas dentro da universidade justamente a Secretária de Ações Afirmativas e Diversidade (SAAD), que legitimou a transferência de 22% das vagas de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) para pessoas com deficiência e a volta da banca de validação da autodeclaração étnico-racial. Vale ressaltar que o movimento não se coloca contra o aumento das ações afirmativas para pessoas com deficiência, entendendo que nossas lutas convergem contra a mesma instituição que dá continuidade a exclusão dos socialmente indesejados. A questão aqui é a maneira intransigente e escorregadia que a universidade e seus órgãos responsáveis pela formulação das políticas que nos atingem (SAAD), atuaram na aprovação da alteração da resolução 052.

Quando questionada pela estudantada negra o porquê de tais mudanças não terem sido minimamente discutidas conosco a resposta da SAAD foi que havia tido conversas com uma representação negra. Mesmo que seja questionável uma representação negra desconhecida da estudantada responder por toda uma coletividade dentro da universidade, fomos atrás da militância negra historicamente envolvida nas lutas dentro e fora da universidade, todos mostraram desconhecimento de tal discussão com a secretaria.

Envolvidos nas discussões sobre a alteração no que se refere as ações afirmativas, desamparados pelas forças do movimento estudantil em geral e motivados ainda mais pela maneira traiçoeira com que a reitoria conduz a políticas na universidade, a estudantada negra da UFSC realizou um feito inédito: a construção de uma assembleia estudantil negra.

A assembleia negra na UFSC representou um importante passo na construção da luta negra e autônoma dentro da universidade, foi um espaço que possibilitou o protagonismo negro de pessoas que até então não estavam diretamente envolvidas no cotidiano político da universidade. Marcou o encontro de diferentes gerações do movimento negro em Florianópolis, com falas acaloradas e incentivadoras de veteranos no frente da luta antirracista.

Durante assembleia ocorreu um episódio emblemático, onde alguns representantes da SAAD apareceram querendo tratamento especial durante a assembleia (queriam tempo de fala maior do que até então estava sendo dado as inscrições). Não bastasse terem marcado uma audiência com membros da

OAB no mesmo dia da assembleia da estudantada negra, em evidente tentativa esvaziamento, se alteraram totalmente quando os demos o mesmo tempo de fala dos demais inscritos. Houveram gritos e exaltação generalizada por parte dos representantes da secretaria, chegando ao ponto de uma membra ameaçar e colocar o dedo na cara de um dos estudantes negros durante a assembleia. O caso só evidencia como causa indignação ao poder institucional quando a estudantada se organiza de forma autônoma e detêm o poder. A Assembleia era entre a gente, ela virou o nosso quilombo, lá dentro nos detínhamos o poder e a SAAD teve que se submeter a nossa vontade!

Fruto da assembleia houve alguns encaminhamentos, entre eles: estabelecer diálogo com diferentes movimentos (negros, indígenas e pessoas com deficiência); abertura do número e origem dos ingressantes via ações afirmativas; encabeçar a campanha por cotas na pós-graduação; colocar na agenda do Movimento em Defesa das Cotas a realização de um debate pautando a viabilidade ou não da fundação de um Centro Acadêmico de estudantes negros; lutar por um espaço de integração para estudantes negros; exigir que a Saad coloque estudantes e movimentos negros na banca de validação e pedir a punição dos casos de racismo que ocorreram dentro da UFSC.

Tais encaminhamentos vêm dando sobrevida ao Movimento Negro em Defesa das Cotas (MNDC), grupo que se constituiu no processo de realização da assembleia e que vem tocando as demandas estabelecidas pelas e pelos estudantes presentes na assembleia. A participação da estudantada negra na banca de validação, abertura das informações de ingresso e discussão acerca de um centro acadêmico na universidade são algumas das proposições da assembleia que foram realizadas.



O movimento tem se deparado durante o percurso com diversos entraves em relação a banca de validação, casos de racismo, fraudes nas cotas, evasão da universidade, divergências políticas, entre outros. Entretanto, é evidente a necessidade de haver uma entidade representativa negra na universidade, que seja representativa de fato e não um fantoche ou fantasma a serviço da instituição para legitimar suas práticas arbitrárias e racistas!

A Rede Estudantil Classista Combativa (RECC) tem participado ativamente na construção do movimento desde seu início em 2017 e tem defendido abertamente nos espaços políticos da estudantada negra a necessidade da criação de uma entidade representativa que siga os princípios da democracia de base. Um espaço de centralização da discussão das pautas e ações que atingem a estudantada negra, que tenha um grupo responsável por tocar suas políticas por tempo determinado, paralelamente articulado com representações por centro de ensino também com período de mandato, que tenha como órgão deliberativo máximo assembleias estudantis negras e com total autonomia frente a reitorias, governos e partidos políticos da socialdemocracia.



Acreditamos que dessa maneira conseguiremos nos articular dentro e fora da universidade, para lutar contra toda e qualquer medida do racismo institucional com o objetivo de continuar o processo de marginalização social dos negros e negras na sociedade!

POR UM MOVIMENTO NEGRO COMBATIVO E AUTÔNOMO!
CONSTRUIR NOSSOS QUILOMBOS!
FOGO NA CASA GRANDE!

POR UM CONGRESSO ESTUDANTIL DE BASE!

O Congresso Estudantil é um importante espaço de articulação, construção e deliberação política das e dos estudantes. Não apenas por ser a instância soberana de decisão do movimento estudantil na UFSC, mas por permitir a discussão aprofundada e participação ampla dos estudantes na universidade. Isso, evidentemente, se este for construído a partir das bases, isto é, a partir das turmas, dos cursos e dos programas de pós.

Na UFSC não se realiza um Congresso Estudantil desde tempos imemoráveis, não é a toa que o estatuto do DCE data de 1989. A falta deste tipo de espaço, assim como dos espaços de assembleias tem duas implicações prejudiciais. Primeiro, porque mantém as decisões sobre a luta, as reivindicações e representação estudantil sob as direções de entidades em reuniões de poucos, seja no âmbito de DCE ou CAs, com poucos espaços de discussão e deliberação coletiva de base como as assembleias, seja assembleia de curso, de programa, ou geral. Sob o argumento de ‘desgaste’ do instrumento de assembleia, nunca se realiza uma assembleia. A consequência disso é que, não havendo periodicamente estes espaços de discussão e articulação política na base, ocorre a despolitização paulatina no cotidiano do conjunto dos estudantes, reservando apenas o período de disputa eleitoral do DCE como momento de discussão sobre movimento estudantil, espaço onde o estudante só é ativo na hora de escolher a chapa representante, processo esse que só contribui para a despolitização e manutenção dos mesmos grupos eleitores. É a reprodução da política parlamentar de disputas de cargos no seio do movimento estudantil!

Reduzir ou priorizar nossa ação à conquista de votos, embora frequente, é um erro imediatista, e até as tentativas de “unir a esquerda” em uma única chapa onde, que pese as boas intenções de estudantes independentes, acabam por ser “uniões” passageiras ou oportunista entre forças políticas e que logo se desunem e geram refluxo geral – a exemplo da chapa “Ainda Há Tempo”, em 2017. A união que consideramos necessária não deve priorizar eleições ou “acordão” entre forças e partidos políticos, esta prática deve ser revista e dar lugar à luta pela União do movimento estudantil pela base, democrático, forte e atuante. Evitando tanto o avanço despolitizante dos setores liberais-conservadores e sua luta deliberadamente contra o movimento estudantil,

como a utilização do M.E. como instrumento de transmissão da política partidária eleitoral.

É nesse sentido que nós, da organização estudantil NPN, desde nosso boletim nº 5, de agosto de 2017¹, propomos a construção de um *Congresso Estudantil* da UFSC para discutir as formas e conteúdo do movimento estudantil, suas reivindicações, lutas, e estatutos. Assim, consideramos que:

- 1) A mobilização nas bases deve preceder o Congresso, fazendo a discussão sobre seu funcionamento, espaços, temas, elaboração de teses, etc. Isto passa por fortalecer a atividade dos Centros Acadêmicos (CA), realizar assembleias de curso e linha de pesquisa, bem como garantir as condições para a presença e participação das e dos estudantes nestes espaços;
- 2) Lutar pela liberação de transporte para todas e todos os estudantes de outros campi para o local de realização do Congresso, assim como a alimentação e alojamento.
- 3) também deve-se priorizar a aliança entre estudantes, trabalhadores e comunidade. Etapa imprescindível para a resistência aos ataques contra o povo e romper com as políticas corporativistas de cada categoria, fortalecendo a solidariedade e união das lutas na universidade.

POR UM CONGRESSO ESTUDANTIL DE BASE NA UFSC!
LUTAR PARA ESTUDAR, ESTUDAR PARA LUTAR!



¹ Comunicado disponível em: <https://bit.ly/2v46K6c> (2017).

Construir Federações Sindicalista Revolucionária!

Nos últimos anos a classe trabalhadora tem vivenciado diversos ataques. Em meio à retirada de direitos historicamente conquistados, precarização e terceirização dos serviços públicos, aumento dos aparatos de repressão e criminalização dos movimentos sociais, é o povo trabalhador que sofre com as ofensivas do Estado burguês. Por isso, surge a necessidade de construir vias de lutas autônomas e combativas do povo que rompam com o reformismo e a farsa eleitoral e faça da classe trabalhadora a única protagonista de sua luta. E é neste cenário que retomando a prática sindicalista revolucionária e visando a organização de massas na luta de classes é realizado o II Encontro Nacional de Oposições Populares, Estudantis e Sindicais (ENOPES).

O II ENOPES teve como sua principal deliberação a transformação do *Fórum de Oposições pela Base* em **Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB)**. Para além da troca do nome, a mudança é estrutural. A partir desta deliberação a FOB construirá federações de sindicatos autônomos de base, organizações populares e estudantis que se ponham como alternativa às centrais oficiais e ao sindicalismo de Estado que atravancam e degradam a luta da classe.



Em uma concepção sindicalista revolucionária as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras visam a destruição da exploração e dominação burguesa, tomando a ação direta e a greve geral como norte estratégico para tal objetivo. As organizações proletárias se aglutinariam em federações sindicalistas revolucionárias, e estas federações em uma confederação.

O II ENOPES também aprovou que o FOB irá acompanhar o processo de reorganização da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), convocado pela Confederación Nacional del Trabajo (CNT-Espanha), pela Unione Sindacale Italiana (USI-Itália) e Freie Arbeiterinnen-und Arbeiter-Union (FAU-Alemanha), fortalecendo o programa de organização internacionalista das trabalhadoras e trabalhadores e do sindicalismo

revolucionário. Desta forma, no início de 2018, o FOB se fez presente como observador no Congresso de fundação da nova Internacional, a Confederação Internacional do Trabalho (CIT).

Compreendemos que para a efetiva reconstrução Internacionalé necessário realizar uma autocritica histórica dos fatores que levaram a desarticulação do sindicalismo revolucionário e como colocá-lo novamente como alternativa de organização e luta de massas. Retomar através do método coletivista e mutualista de associação o legado da AIT histórica, combatendo o burocratismo e o sectarismo com a luta econômico-reivindicativa e a ação direta. Disseminar confederações/associações sindicalistas revolucionarias lutando contra as ofensivas do Estado e do Capital, contrapondo a hegemonia burguesa e reformista no movimento da classe trabalhadora e fazendo dela a única protagonista de sua luta e emancipação.



ACESSE: lutafob.wordpress.com

VIVA O INTERNACIONALISMO!
CONSTRUIR AS FEDERAÇÕES AUTÔNOMAS!
AVANTE SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Organização Estudantil Nós Por Nós

BLOG: npnderro.wordpress.com

CONTATO: npn.desterro@bol.com.br

